

REBELDIA E SEXUALIDADE: A MULHER RODRIGUIANA EM CHOQUE COM A DOMINANTE IDEOLOGIA DISCURSIVA DO HOMEM

Davi Tintino FILHO (Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN)

RESUMO: este trabalho objetiva confrontar o ideal de mulher existente em sociedade e os tipos femininos presentes na obra de Nelson Rodrigues. Buscando compreender a dinâmica histórico-discursiva com que são construídas suas personagens, analisou-se o perfil dos tipos femininos rodriguianos, confirmando-se, ora sua preferência por mulheres condicionadas ao pensamento machista; ora por personagens que destroem o protótipo calcificado de mulher submissa, revelando-se verdadeiras atuantes de sua própria vida, inclusive explorando, profunda e diversificadamente, a sua sexualidade. Analisou-se a obra de Rodrigues *A vida como ela é...*, buscando-se, com isso, construir uma ponte entre o discurso machista reinante na sociedade e a realidade criada pelo autor ao conceber mulheres que se chocam com um padrão presente no imaginário popular. Buscaram-se, principalmente, fundamentos teóricos nas obras de Facina (2004), que versa sobre a relação entre literatura e sociedade. Na seara da análise do discurso, recorreu-se à obra de Foucault (1970) e (1984).

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade. Discurso. Mulher. Submissão. Sexualidade.

1 Introdução

Considerando o aspecto histórico da evolução humana, a partir do instante em que o homem deixou o estado de bestialidade, no qual vivia de modo que a sua sobrevivência era o que mais importava, não existia o limite do outro, da vida do outro, da existência do outro. Nesse momento, agia-se instintivamente e a razão não escassa.

O ser humano era, destarte, um animal como qualquer outro, que matava para poder viver. O seu estado evolucionista não atingira, ainda, naquele momento, a escala que lhe permitiria agir sobre a égide da razão. O instinto ditava as ordens. Quando o homem abandonou o estado de natureza e o Estado organizado foi criado para tutelar as relações que passaram a se desenvolver, a maneira como o homem passou a agir ganhou novos aspectos, já que o princípio racional sobrepôs-se ao instintivo.

A linguagem aperfeiçoou-se e permitiu ao homem que se colocasse num patamar superior em termos de desenvolvimento, de técnica, de ciência sobre os outros animais. A priori, o surgimento do Estado disponibilizou uma gama de condições para que o homem gozasse de sua proteção, à medida que poderia viver plenamente a sua individualidade. O espaço social configurou-se, assim, como um palco no qual passaram a ser produzidos inumeráveis enredos, cada um desenvolvido a partir de um discurso que passara a simbolizar a sua essência ideológica, expondo a intenção daqueles que passaram a estar, implícita ou expressamente, representados.

O discurso funciona, desta maneira, como um instrumento de ação, sendo representação individual ou de classe, a fim de se exteriorizar as múltiplas concepções de mundo que orientam as relações sociais. Os discursos são plurais e surgem no berço de variadas discussões, com as quais se busca construir/desconstruir o entorno no qual se insere o proponente da mudança.

Em sociedade, os atos discursivos são difundidos por meio de mecanismos que se caracterizam pelo modo como se tornam acessíveis a determinados grupos, garantindo-lhes certa eficácia diante daquilo a que se propõem, do mesmo modo que se relativizam diante de grupos para os quais não foram feitos, necessariamente, para se tornarem acessíveis. O jornal, a revista, a tv, a literatura, são exemplos comuns que representam a maneira como as pessoas têm acesso ao mundo e o modo como elas absorvem as nuances daquilo que cada grupo lhes

propõe. Ao longo da trajetória humana, o conhecimento evoluiu e novas formas de se propagar o discurso foram sendo desenvolvidas, cada qual com suas particularidades.

Nesse panorama, a literatura figura como um veículo que propícia o contato do homem com outros mundos, muitas vezes, construídos como simulacros de realidades almejadas ou negadas. Desde a eclosão da Revolução Industrial até o momento em que vive, são claras as transformações pelas quais passou o universo literário, desde a sua logística, passando pela definição do público-alvo, chegando-se à questão da recepção por parte do leitor.

Refletindo-se acerca desse último aspecto, é necessário que se diga que, da mesma forma que os meios de produção de todo produto cultural sofrem alterações, a maneira como as pessoas recebem a criação literária se transforma, haja vista que o próprio homem vai se moldando conforme o ambiente no qual está inserido. É inegável que o ser humano hoje apresenta uma concepção de mundo ampliada se confrontada com o homem da Antiguidade Clássica, da Idade Média, da Idade Moderna e da Idade Contemporânea. Vive-se, hoje, o paradoxo da Era da Informação.

A informação está praticamente em quase todo lugar. São produzidos hoje mais livros do que em qualquer outra época da história humana. Há, porém, uma fatídica incogruência diante do fato de que, embora haja livros à disposição, no ato da leitura, não se compreende aquilo que, muitas vezes, está explícito. E o problema aumenta diametralmente quando se tem que abstrair as informações deixadas subentendidas pelo autor.

É conveniente, neste estudo, traçar todo esse caminho, desde os primórdios da civilização humana, passando pela dinâmica do desenvolvimento da linguagem, refletindo acerca da formação intencional do discurso até chegar às relações indissociáveis entre literatura e sociedade, já que é nessa linha de pensamento que se concentra o foco de estudo desse trabalho, que analisará os tipos femininos na obra de Nelson Rodrigues e o modo como essa predileção do autor dialoga com o discurso ainda machista que existe em relação ao universo feminino.

2 Fundamentação teórica

Nessa perspectiva, serão analisados os perfis construídos por Rodrigues em suas narrativas, fundamentando-se para isso, inicialmente, nas obras de Adriana Facina (2004), a qual oferece pertinente respaldo teórico acerca do universo literário e o modo como este influencia e é influenciado pelo universo social. Facina realiza ainda um interessante estudo acerca dos constituintes humanos rodriguanos, mostrando que, na perspectiva do autor, a dissimulação é, na maioria das relações sociais (família, trabalho, igreja...), um elemento essencial para separar os comportamentos de um mesmo indivíduo: de um lado, aquele que atende às exigências externas do meio em que vive; do outro, a parte escura e que esconde o lado mais libidinoso de cada um.

Na ordem da análise do discurso, buscou-se referência na obra de Michel Foucault (2008 e 2009). O autor propõe uma importante visão acerca dos discursos que surgem na sociedade e o modo como são montadas certas “verdades” com o fito de se construir toda uma política de exclusão como se tais posicionamentos tivessem algum tipo de fundamentação, muitas vezes, nas ciências. Foucault, discutindo os três grandes sistemas de exclusão formulados por ele, apresenta uma espécie de engrenagem silenciosa, com poder coercitivo que faz com que o indivíduo se submeta inconscientemente aos ditames do poder. Destarte, a situação feminina será confrontada com base na concepção de que a engrenagem social produz determinados tipos de instrumentos através dos quais são difundidas ideias que, se analisadas a fundo, seriam descartadas diante da falácia discursiva a que se propõem.

Como referência sócio-histórica à condição feminina em sociedade, realizaram-se estudos de duas obras de épocas distantes. A primeira do espanhol Luis de León, datada de 1527, a qual reflete fidedignamente a imagem que se tinha e que se exigia da mulher daquela época, revelando todo um conjunto de concepções religiosas que colocavam a mulher numa posição de servilidade, no sentido mais profundo e fiel da palavra. León propunha um modelo de comportamento feminino de forma que esta deveria ser, incondicionalmente, o lenitivo para as agruras que o homem, porventura, viesse a sofrer. Na vida deste, a mulher assumiria um papel secundário, chegando-se, muitas vezes, a colocá-la no mesmo patamar de objetos sobre os quais ele tivesse a posse e a propriedade. A segunda pertencente ao filósofo inglês Stuart Mill, publicada em 1869, que defende uma sociedade na qual os preconceitos concebidos em relação aos sexos não possuem uma causa natural, mas, exclusivamente, cultural. Princípio que nega os direitos de determinadas minorias, como, por exemplo, a posição dos escravos em sociedade, e, no mesmo patamar, e as exigências que são impostas à mulher, tida como ser inferior ao homem.

Este trabalho realizará, portanto, um estudo crítico acerca da condição feminina em sociedade, usando-se, para esse fim, os perfis femininos construídos por Nelson Rodrigues, em sua obra, mais especificamente em *A vida como ela é...* (2006), confrontando-os com os tipos comuns na vida real. Procurar-se-á estudar o fenômeno do preconceito em relação à condição sexual à luz de teorias foucaultianas, acerca do discurso e, mais a fundo, buscar-se-á compreender a relação íntima entre literatura e sociedade e a forma como essas se influenciam mutuamente e como isso tende a transformar o universo social.

3 Aspectos sócio-históricos da natureza humana: preconceito e dominação

Traçar um vetor temporal e buscar entender, em que momento da sociedade humana, surgiu o preconceito é algo que transcende a capacidade do homem de compreender algo tão obscuro. Ao longo de sua história, o homem desceu das árvores, apoiou-se sobre duas pernas, o que, na visão dos darwinistas, teria facilitado a constituição do cérebro para a produção do pensamento. Antes desse fenômeno evolutivo, via-se o mundo com a cortina da ignorância, da brutalidade, da bestialidade.

A capacidade de pensar no mundo através da lente da razão propiciou-lhe o poder de criar e recriar o mundo, usando tudo que a natureza lhe concedera. Surgiu a técnica. Essa veio facilitar a vida do homem sobre a Terra, permitindo-lhe viver com mais qualidade. Surgiram os primeiros agrupamentos humanos. As primeiras dificuldades em conjunto foram aparecendo e, proporcionalmente, as primeiras soluções.

Não se pode pontuar com exatidão o momento em que se criou o Estado, como ente superior e dotado de poder soberano para resolver os conflitos, garantindo mais segurança para aqueles que abriram mão do seu direito pleno de ir e vir para poder viver com mais conforto na companhia dos seus pares. O momento anterior ao surgimento do ente estatal (estado de natureza) era marcado pela bestialidade, situação em que não existia o direito do outro, predominando o imediatismo da sobrevivência. Nas palavras de Dallari

(...) o estado de natureza é uma permanente ameaça que pesa sobre a sociedade e que pode irromper sempre que a paixão silenciar a razão ou a autoridade fracassar
(...) os homens, no estado de natureza, são egoístas, luxuriosos, inclinados a agredir os outros e insaciáveis, condenando-se, por si mesmo, a uma vida solitária, pobre, repulsiva, animalesca e breve. Isto é o que acarreta (...) a “permanente guerra de todos contra todos”(DALLARI, 2007, 13).

Assim, o homem passou a viver sob a égide da razão de modo que os seus impulsos animalescos foram aplacados. O Estado passou a monitorar o seu comportamento, indicando-

lhe como viver sem invadir o espaço do outro, com base na harmonia e no bem-comum. Poder-se-ia imaginar que tudo estaria resolvido em termos de conflito, já que, de posse do uso da razão, o homem conduziria as relações sociais da melhor maneira possível, tendo em vista que a racionalidade seria a mola propulsora do convívio. Para se viver em sociedade, seria necessário respeitar os limites impostos pelo Estado e, paralelamente, respeitar a liberdade do outro, havendo, assim, o princípio da igualdade entre todos.

O problema surgiu, realmente, no momento em que as diferenças entre os indivíduos foram supervalorizadas, enquanto aquilo que tinham de semelhante foi sendo esquecido para atender às necessidades particulares de cada um. O preconceito surgiu, assim, fruto de uma visão redutora daquilo que o homem tinha de diferente, que passou a se caracterizar, principalmente, pela não-aceitação, sem uma justificativa natural, de determinadas características e/ou condições em que se encontra determinado indivíduo ou grupo. Cor de pele, idade, sexo, condição física foram, dentre muitos, os principais fatores determinantes para que surgisse o que se convencionou chamar de preconceito.

O reconhecimento da diferença entre os indivíduos surgiu, assim, da necessidade de domínio, de autofavorecimento, quando os europeus necessitaram de mão-de-obra para colonizar e construir riquezas para a coroa portuguesa, como aconteceu, por exemplo, durante a colonização no Brasil, durante o século XVI, período este, que se caracterizou, primeiramente, pela dominação dos brancos portugueses sobre a população indígena e depois sobre a negra africana.

Vários outros exemplos como esse podem ser listados, confirmando o modo como determinados indivíduos e/ou grupos manipulam as diferenças em prol de projetos particulares, que atendam única e exclusivamente aos seus anseios. A partir do século XX, a questão da dominação agravou-se ainda mais, já que, com o Capitalismo, as diferenças sociais se evidenciaram consideravelmente. Nesse modelo econômico, cujo capital passara a ser a base de sustentação da economia, o trabalho bipolarizou-se, isto é, aqueles que possuíam os meios de produção detinham o poder de comprar o trabalho dos que nada mais possuíam a força para o trabalho, para a qual o pagamento passara a ser o salário mínimo.

A situação feminina segue paradigma semelhante, uma vez que, culturalmente, desde o momento em que o homem abandonou o estado de natureza, ela passou a ser considerada como o “sexo frágil”, aquela que deveria viver à sombra do homem, tendo em vista que esse passou a ser o garantidor de sua segurança. Entende-se que essa condição na qual a mulher foi colocada reflete o processo de dominação masculina que visava a colocar o homem em patamar superior em relação ao poder, ao mercado de trabalho, à chefia, à ordem na entidade familiar, enfim, a situações em que alguém deve estar no poder.

O mais contraditório, diante de tudo isso, é que estudos socioantropológicos apontam para o fato de que, em momento anterior ao processo civilizatório, não era o homem que ocupava o centro do poder no grupo, que era, embrionariamente, o modelo de família que se tem hoje. A mulher, sendo aquela que garantia o desenvolvimento da raça e, considerando que não havia o princípio das relações sexuais monogâmicas, era ela que “chefiava” o grupo. O homem era apenas aquele que cedia o esperma para a procriação.

Com o advento do Estado, essa posição mudou e, por conta da força física, o homem passou ser o provedor/chefe. De lá para cá, ainda impera o pensamento que torna a força física como sinônima de superioridade intelectual. Falácia sem comprovação científica, mas que possui uma forte adesão social, fundamentando-se, tão somente, nos princípios superficiais do senso-comum.

Na Idade Média, havia uma forte corrente religiosa que propunha a submissão da mulher ao homem, haja vista que a condição que lhe era imposta tinha uma forte veia de tradição bíblica, conforme pode ser visto em vários trechos do discurso de León

Coloque em seu coração, com muita firmeza, que ser amiga de Deus é ser uma boa mulher casada, que o bem de sua alma está em ser perfeita em seu estado. (...) Viver com leões e com dragões é mais fácil que conviver com uma mulher malvada. (...) A mulher que não dá prazer ao marido é como o corte das pernas e decaimento das mãos. (...) Porque a boa mulher é reverenciada pela sua família, amada por seus filhos e adorada pelo marido; os vizinhos a abençoam, e os atuais e vindouros a elogiam e exaltam (...) Por esse motivo diz bem um poeta que os fundamentos da casa são a mulher e o boi; o boi para arar, e a mulher para guardar. (...) Significa que a mulher deve ser esforçar não para causar problemas ao marido e sim para livrá-los deles e em lhe ser perpétua causa de alegria e descanso (LEÓN, 1583, 18, 20, 32).

Percebe-se que, pelo discurso medievalista, a concepção que se tinha (e que, infelizmente, ainda se tem!) era a de que a mulher era um ser-objeto que tinha por obrigação servir, indistintamente, aos anseios do homem. Caso ela não se enquadrasse nos padrões de comportamentos ditados pela cultura machista de então, as variadas denominações que lhe eram impingidas denunciavam a visão excludente de que era vítima. A forte tradição religiosa da época servia de pressuposto para que todos, inclusive as próprias mulheres, cressem que ser boa, era ser servil, dedicada, útil, invisível. A mulher que se cochasse com esses ideais era vista como algo grotesco, devendo ela se submeter aos entraves do marido, mesmo que ele não fosse exemplo de bondade, que tivesse maus hábitos, que, fosse, enfim, um tipo que causasse

Porque por mais áspero e piores as condições em que o marido esteja, é necessário que a mulher o suporte, e que não consinta de forma alguma que se divida a paz. Oh! É um verdugo? Mas é o teu marido! É um ébrio? Mas o acordo matrimonial fez dos dois um só. É áspero e desagradável? Porém já é parte sua e a principal (LEÓN, 1583, 33).

Diante desse discurso, nota-se que a manipulação dos comportamentos é feita de forma a garantir que quem está no topo permaneça lá e os que estão na base continuem a manter o poder daquele. Cria-se, assim, todo um processo de exposição de ideais na sociedade e, com o tempo, aqueles que estão expostos a determinados princípios passam a crer naquilo como se fosse verdade absoluta, universal e, o pior de tudo: uma verdade natural. Partindo desse emaranhado de falsas verdades, aqueles que são dominados acreditam piamente que estar em determinada posição social é algo natural, comum, indiscutível. O discurso do opressor passa a ser o discurso do oprimido, e este não tem consciência da arbitrariedade em que está imerso.

Ser mulher naquela época era, portanto, ser sinônimo de sombra. Sombra do pai. Sombra do marido. Sombra do filho mais velho. Sombra do discurso social minimizante que a colocava como parte utilitária na vida do homem. O discurso de León traz à baila o aspecto acessório da mulher. Materializa o confronto ideológico do poder e como o poder se configura. O preconceito surge a partir do conflito em que forças disputam posições. Há o “forte” (respaldado pelo apoio social) e há o “fraco” (submerso em crenças de que ele ocupa determinada posição porque é natural).

As concepções acerca de preconceito estão intimamente ligadas ao choque que se dá nesse confronto. Tudo o que não pertencer ao forte é estigmatizado e rejeitado perante o panorama social vigente; o fraco, nessa perspectiva, ganha novas conotações pejorativas como deficiente, falho, feio, pobre, entre outras que minimizam a cultura dos grupos que, arbitrariamente, estão condicionados à base da pirâmide social, apesar de estarem gerando fontes e riquezas para a manutenção dos dominadores no poder.

É inegável, contudo, que o espaço social transmuda-se. Que há movimentações que redirecionam as concepções que se tem acerca dos fatos e fenômenos que surgem. Os

enredos, frequentemente, se reinspiram em discursos construídos, outrora, e ganham novos conflitos em torno do poder.

Há, porém, a manutenção de determinados aspectos socioculturais que, por motivos vários, permanecem, ao menos em sua essência, inalteráveis. A sua superfície ganha novas tonalidades, com o fito de atender a alguma exigência que o meio social, por ter se transformado, exige. Essas pseudotransformações (já que no interior nada mudou!) ocorrem para corresponder àquilo que, muitas vezes, provém de estudos advindos de variadas correntes científicas. Mas que no fundo nada sofrera alteração.

É inegável que, embora haja discursos arraigados e difíceis de serem mudados, surgem novas tendências de tentar quebrar paradigmas que se arrastam ao longo das narrativas humanas, e que, por pressões de determinados grupos, continuam a exercer forte pressão no modo como se enxerga o mundo e as relações interindividuais e intergrupais.

Não se poder negar que, na seara das discussões entre os sexos, houve, ao menos, mudanças quanto à forma e, principalmente, quanto à liberdade de se expor os contraargumentos em relação aos direitos das mulheres. Essa nova forma de se lutar por mais espaço e autonomia vem ganhando novos adeptos que, à luz dos Direitos Universais do Homem (e da Mulher!) propõem novas falas.

A Revolução Industrial (século XVIII) representa um marco no processo de organização da sociedade. Correntes religiosas, filosóficas e científicas surgiram a partir da reorganização da força do trabalho e do capital. Houve uma imensa movimentação do homem do campo para os grandes centros urbanos, e isso fez surgir novas formas de relacionamento interindividuais e, conseqüentemente, novos conflitos.

A mulher, ainda que dependente do homem, conseguiu algo inédito: passou a trabalhar ao lado do dele nas fábricas, realizando, muitas vezes, as mesmas atividades, embora ganhando bem menos. Essa nova forma de sistematização do trabalho propiciou discussões nas ciências humanas acerca da igualdade entre os sexos. Percebeu-se que a supremacia do homem sobre a mulher era infundada, já que ela era capaz que realizar a maior parte das atividades que até então eram tipicamente masculinas, muitas vezes, em menos tempo e com mais rigor e qualidade.

O filósofo inglês Suart Mill é um dos que, em sua obra *A sujeição das mulheres* (1869) discute sobre as relações de poder na sociedade e o modo como o discurso machista prevalece sobre os anseios femininos. Mill expõe a engrenagem que conduz à submissão da mulher. Esta se entrega mais, e isso possibilita espaço para que homem, por meio dos sentimentos dela, chegue mais rápida e eficazmente ao poder. Segundo o autor

(...) A regra do poder dos homens sobre as mulheres difere de todas as outras porque não é uma regra de força: é uma aceita voluntariamente; as mulheres não se queixam e consentem em fazer parte desta regra. (...) Os homens não querem unicamente a obediência das mulheres; eles querem seus sentimentos. (...) Todas as moralidades e sentimentos afirmam que a obrigação da mulher é viver para os outros; abnegar-se completamente e viver somente para aqueles a quem está afeiçoada (MILL, 1869, 30,31,32).

Nessa perspectiva, discutia-se, na Era Moderna, o fato de que, estando o homem ciente da condição feminina de se doar, de se renunciar por quem ama, havia um aproveitamento por parte dele. Não se precisava usar a força física para forçá-la a aderir aos seus princípios, já que ela o fazia por querer, por ser de sua natureza visar ao bem daqueles por quem sentia afeição. A Época Moderna marcou o início da racionalização em detrimento, muitas vezes, da espiritualização. Foi o momento em que o pensamento estava despido das trevas que faziam sucumbir as ideias. Para Mill

(...) a igualdade estava limitada aos cidadãos livres do sexo masculino; escravos, mulheres e residentes não emancipados estavam sob o domínio do poder. (...) toda história moderna consiste de um processo lento pelo qual estas diferenças têm se desgastado. (...) As instituições, os livros, a educação e a sociedade continuam ensinando os seres humanos com base nos fatos antigos, mesmo depois do novo já ter chegado; ainda mais quando está acabando de chegar. (MILL, 1869, 67).

Mill apontava para o fato de que, apesar de estarem acontecendo profundas transformações nas formas de organização social, mais especificamente, na seara político-econômica, as instituições não se mobilizaram para as mudanças. Os preconceitos já não tinham sustentação, como em outrora. Mas continuavam a se expandir. E o pior: havia a chancela de todos, inclusive aqueles que eram alvo de toda sorte de exploração e, principalmente, havia mais meios de se propagar as falácias. Assim, a literatura figurará, conforme será visto, como uma faca de dois gumes: servir ao bem, confirmando o mal.

4 Literatura e discurso: a mulher rodriguiana confrontada

O mais complicado diante desse panorama é a difusão que há em relação à crença falaciosa nos princípios de igualdade. Hoje, mais do que em qualquer momento da história humana, fala-se em igualdade entre os sexos. O que ocorre, contudo, é uma contradição de ações e valores. Difunde-se o ideal igualitário por todos os lugares de que “mulher e homem estão no mesmo patamar”, mas o que se verifica na prática é uma forma deturpada e mentirosa acerca do espaço que é concedido ao coletivo feminino. A mulher ainda é vista como acessório na vida do homem, como objeto que proporciona prazer.

O que mudou da Idade Média, passando pela Moderna, até chegar à atualidade foi o fato de que, naquele momento, amparava-se no princípio unicamente religioso de mulher redentora e abnegada. Hoje, a mulher deixou de servir exclusivamente ao homem no ambiente familiar, como “escrava do lar” e figura como mulher-objeto em escala comercial. É a mulher-estereótipo de comportamento, mulher-comercial de cerveja, mulher-coisificada de letras vis de forró. É, em suma, a “Mulher Bombril”. Vive-se hoje, como em nenhum outro momento, a sobrecarga de atribuições para elas. E o pior: elas vivem esse momento sem ter consciência disso. Paradoxalmente, servem na copa, na sala, no quarto. Mas não vivem a sua própria vida. Estão em todos os aspectos da vida do homem. Mas não estão presentes em sua própria existência.

Ao contrário do período medieval, em que não se havia o direito à fala, à denúncia, à quebra de regras, tem-se hoje todo um arsenal de meios para a exposição de princípios e concepções. E é nesse campo de discussões que se insere a literatura, não apenas como ideal parnasiano da “arte pela arte”. Cria-se que, a partir de uma concepção clássica, a arte era produzida exclusivamente para o deleite de determinado público. Não se escrevia/ia para refletir, mas tão somente para preencher um espaço de tempo dado ao ócio. A literatura, na concepção dos que compartilham desse princípio, não servia como instrumento de ação social. Assim, nas palavras de Facina

É preciso (...) dessacralizar a criação literária, destacando a sua dimensão histórico-sociológica e rejeitando a perspectiva idealista que vê a literatura, ou mesmo a arte como um todo, como uma esfera da atividade humana completamente autônoma em relação às condições materiais de sua produção. Não se trata de negar a existência do talento individual, ou do gênio criador, mas sim de considerá-la parte da dinâmica social e, portanto, passível de ser analisada racionalmente (FACINA, 2004, 10).

Para a autora, a criação literária é um produto cultural que reflete todo um arcabouço de concepções e vestígios de determinada sociedade. Por esse ângulo, discute-se a

importância da obra literária enquanto comportadora de uma série de mecanismos que possibilitam a compreensão do mundo. Não se pode negar, contudo, o aspecto simbólico dessa arte enquanto dispositivo que desperta a emoção do leitor. Essa é, inegavelmente, uma de suas atribuições, mas não a única.

Não se pode esquecer que o autor de determinada criação literária reflete, de alguma maneira, a sua concepção de mundo: desde a mais alheia à movimentação social até a mais engajada em contribuir com a transformação do entorno. Ao se escrever, de algum modo, o criador confirma, nega ou faz refletir acerca do mundo em que vive. As tintas que usa em seu discurso, transmite, muitas vezes, alegoricamente, o jeito que enxerga a realidade

A literatura tem sido abordada por um grande número de autores como fonte de análises de determinadas sociedades em diferentes períodos históricos (...) o que se expressa na literatura não são somente as ideias do autor, como se ele fosse um indivíduo isolado do mundo, e sim valores e visões de mundo que são produtos sociais e históricos (FACINA, 2004, 21).

E é justamente nesse campo de discussões que se abre espaço para encarar o realismo de Nelson Rodrigues na construção de tipos femininos que representam a indissociável relação entre o real e o ficcional, defendendo-se a construção da mulher como um reflexo das forças sociais que imperam no meio.

Assim, ao se analisar a obra de Rodrigues (crônicas, romances, textos teatrais), percebe uma forte tendência do autor em retratar dois tipos muito comuns em sua literatura. Chega quase a ser senso comum o modo como Nelson é conhecido por causa de sua obra, a qual é considerada por muitos como algo que afrontadora dos valores morais, o bem-estar da família e a nobreza dos sentimentos, ganhando denominações que o colocam no patamar dos depravados.

Nas suas narrativas, há uma constante construção de personagens femininas que representam, ora o sacro, ora o profano. É corrente a exposição da intimidade desses dois tipos, como forma de conduzir o leitor por um abismo em que é revelado o mais sombrio da natureza humana, havendo um forte delineamento do psicossocial dessas personagens.

Rodrigues carrega nas tintas ao explorar, a fundo, o modo como normalmente elas se comportam diante da sociedade, seus pensamentos e, quando a narrativa atinge o ápice, a revelação chocante daquilo que era reprimido por conta das forças sociais, as quais tendem a colocar no porão todo o tipo de comportamento humano que afronte o outro lado moral do ser humano.

No trecho que segue, percebe-se a descrição, nas palavras do narrador, de uma das personagens do autor, que simboliza a dissimulação latente diante do social. Os trechos pertencem à crônica *O escravo etíope*, na qual a personagem principal é “pintada” com as cores suaves da ingenuidade, estando noiva, mas que cede aos apelos carnavais quando conhece um outro homem, revelando a fúria dos desejos incontidos

Filha de pais ricos, era tratada na palma da mão, com mimos de uma princesa. E justamente por ser tão fina e frágil, de uma natureza tão delicada e suscetível, ninguém a contrariava. Aos 16 anos, teve seu primeiro namorado. Era um primo, ótimo rapaz, educadíssimo, simpático e mesmo bonito, aristocrata nos modos, ideias e sentimentos. (...) No dia seguinte, encontraram-se a velha e o detetive na porta de uma companhia de ônibus. Súbito, o profissional indica: “Olha o homem!” Ela espiou. Lá vinha ele, no meio de outros motoristas, um negro gigantesco. Segundo apurara o detetive, ele saíra, no último carnaval, no rancho, de escravo etíope, com o dorso nu e retinto. (...) Todos se voltaram na direção da menina. Então, aquela mocinha frágil, fina, que desfalecia ao aspirar de um perfume mais intenso, ergeu o olhar firme, quase cruel. Disse apenas sem medo: - É verdade. (...) (RODRIGUES, 2006, 17,21).

É corrente na literatura rodriguiana a construção de tipos assim, que revela o lado mais animalesco do ser humano. Aquele que mostra a sua força diante de situações que exigem o resgate do animal que foi domesticado para ser um ser social. Os perfis de Nelson Rodrigues compartilham em muitas situações de alguns aspectos das teorias freudianas acerca do comportamento do homem. Para Freud, há duas situações em que o homem liberta o seu lado mais animal no mundo em que normalmente ele aparece como ser civilizado: situações em que luta pela vida e em momentos nos quais afloram os desejos sexuais. E é, exatamente, pelo modo mais irracionalmente profundo com que são construídas as personagens, expondo o lado mais reprimido, que houve e ainda há críticas que atribuem adjetivos perjurativos à figura do autor. Sobre as personagens de Nelson, o dramaturgo Raymundo Magalhães Júnior, citado por Facina, diz

Seus personagens são brutos eróticos, desenhados mais ou menos linearmente, de forma primária e grosseira; todos eles anormais, tarados, digamos mesmo monstruosos, chafurdando-se na degradação e todos eles dominados por um pensamento único: o de continuarem de degradando (FACINA, 2004, 47).

A ira que desperta os textos de Nelson Rodrigues encontra guarida no fato de que impera no nosso meio um falso moralismo, como se o ser humano vivesse sempre de aparências. Os tipos correntes nas narrativas do autor fazem referência àquilo que é reprimido. No instante em que o homem saiu do estado de bestialidade, teve que abrir mão de viver sob os ditames da luxúria e fingir ser despido de desejos. Se para o homem, essa condição o obrigou a reprimir seus instintos sexuais, liberando-os apenas no quarto, para a mulher a repressão foi dobrada porque, como historicamente ela foi e é educada para ser simplesmente a mulher-exemplo, a sua vida sexual ficou limitada somente aos desejos do homem. A ela, foi negado o direito de viver a sua sexualidade, além da função reprodutora.

O modo como o discurso acerca da liberdade sexual do homem e da mulher somente veio à baila há pouco tempo. Até então, a literatura difundia um modelo de condicionamento sexual, no qual se explorava a sexualidade do homem a partir de princípios que o colocavam na posição do provedor do prazer, ou seja, o prazer que a mulher viesse a sentir estava diretamente relacionado ao prazer que fosse proporcionado a ele. A sexualidade feminina estava (e ainda está!) condicionada a uma gama de tabus acerca do que se pode e do que não se pode fazer para sentir prazer.

Nelson Rodrigues inova o ambiente cultural porque dá um novo direcionamento às reflexões que podem ser abstraídas da literatura ficcional, enquanto instrumento de formação e conscientização humana. Assim, a literatura nacional ganhou um novo aspecto no que concerne à visão que se tinha acerca da sexualidade feminina, já que o autor propôs a feitura de personagens que quebravam o modelo medieval de mulher santa. Rodrigues, em alguns momentos, explora mulheres que representam o papel que atende às exigências da sociedade, como mulheres casadas, abnegadas, puras e despidas do seu próprio prazer em prol daqueles que ela ama. São várias as narrativas em que essas mesmas mulheres, motivadas por algum elemento do enredo, arrancam a máscara do pudor e revelam aspectos até então reprimidos. Em outras histórias, o autor idealiza modelos femininos que, despidas de preconceitos contra a sua própria sexualidade, mostram um vigor que, até então, era característica tipicamente das personagens masculinas. Essas mulheres são vistas no ambiente da narrativa como seres promíscuos, capazes de destruir a paz familiar e difundir o pecado, maculando os inocentes que as circundam.

O discurso que se observa nas obras desse autor representa um tipo de voz que até então estava silenciada pelas forças sociais. Não é que a sua literatura tenha sido a pioneira ao mostrar mulheres que não temiam viver a sua liberdade, os seus desejos, a sua sexualidade. Muitos são os exemplos de obras literárias, bem mais antigas, que representam esse tipo de

mulher. Basta citar: Emma Bovary, de Gustave Flaubert; Luíza, de Eça de Queiroz; Pombinha, de Aluísio Azevedo, para se perceber que o discurso em torno da liberdade sexual feminina não foi inaugurado por Rodrigues. Mas a forma artística e contundente de se explorar tais comportamentos e mostrar que nem sempre o final é trágico para aquelas que ousam burlar as regras unilaterais que lhes são impostas foi, sem sombra de dúvidas, inaugurada por Nelson Rodrigues.

É pertinente notar que a forma como o discurso literário é visto em sociedade, muitas vezes, passa pelo crivo de uma determinada elite que manipula aquilo que pode e que não pode ser lido, já que isso pode significar a quebra do monopólio. Foucault desenvolve importantes discussões acerca do discurso e modo como ele pode afetar a engrenagem e a ordem do poder. Em seus estudos, ele faz referência a três grandes sistemas de exclusão, a partir do discurso, quais sejam: “a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade da verdade” (FOUCAULT, 2009).

Dos três sistemas de exclusão apontados por Foucault, cabe analisar, neste estudo, a palavra proibida e a vontade da verdade. Houve uma época em que a pressão exercida pela igreja fazia com que nem tudo pudesse ser dito ou lido. Existiam os livros proibidos e que, caso fossem lidos, ocasionaria a morte na fogueira daqueles que fossem pegos lendo. Eram os livros demoníacos e que propagam o mal. O mal naquela época era conhecer aquilo que poderia tirar o poderio da igreja. A literatura produzida pelas vias legais da igreja ficava restrita ao conhecimento religioso, àquilo que era permitido ser dito. Qualquer outro tipo de texto que fugisse desses princípios dogmáticos assinalava o rompimento do autor com a Igreja e este ficava marcado como símbolo da heresia. A palavra era literalmente proibida.

O outro sistema apontado por Foucault, a vontade da verdade, faz referência direta ao modo como determinadas verdades (como por exemplo, a submissão da mulher ao homem tem uma causa religiosa, por que não dizer natural...) são construídas e difundidas pelo bojo social. Foucault discute que os detentores do poder manipulam e conseguem propagar aquilo que eles consideram mais rentável para continuar mantendo-os no controle organizacional da sociedade. Muitas vezes, usam de conhecimentos científicos para fazer com que as pessoas creiam naquilo que eles desejam.

Na literatura de Nelson Rodrigues, percebe-se, portanto, que dos princípios de exclusão discutidos na obra foucaultiana, a palavra deixa de ser proibida e passa a ser reveladora da alma e desejos humanos, enquanto que a vontade da verdade pertence não mais àqueles que visam esconder toda uma gama de artifícios para continuar propagando falácias quanto à naturalidade da submissão da mulher ao homem.

5 Considerações finais

A literatura constrói um mundo de possibilidades de ser mudar a realidade. Realidade esta que, de tão dura e crua, pode levar o homem ao total abandono de si mesmo. Este trabalho teve como fito basilar, assim, discutir as estreitas relações entre a literatura e a sociedade, de modo que fosse possível mostrar o quão as narrativas de Nelson Rodrigues possibilitaram a construção de uma pluralidade de discussões, de natureza sociológica, antropológica, psicológica e filosófica, em relação à condição da mulher na realidade.

Para isso, foram utilizadas referências bibliográficas com o objetivo de construir uma corrente de pressupostos que possibilitassem a união entre o que a realidade oferece parcamente e aquilo que pode e deve ser oferecido, principalmente, às mulheres no âmbito de seus direitos.

O confronto entre os tipos femininos que são idealizados na obra rodrigueana teve como foco expor a forma como as forças sociais inibem o ser da mulher e as obrigam a construir papéis que, em algum momento, chocam-se com a verdade e as fazem revelar um

lado que causa, por conta da repressão, um inevitável encontro com a verdadeira essência do eu.

Referências

- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Os elementos de teoria geral do estado**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FACINA, Adriana. **Literatura & sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- _____. **Santos e canalhas: uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Editora Escala, 2006.
- LEÓN, Luis de. **A perfeita mulher casada**. São Paulo: Editora Escala.
- RODRIGUES, Nelson. **A vida como ela é...** . Rio de Janeiro: Agir, 2006.